

VICENTE PIRES

MORADORES TERÃO QUE PAGAR R\$ 22 MILHÕES PARA RECUPERAR A ÁREA E, ASSIM, REGULARIZAR SEUS LOTES

Legalização sai cara

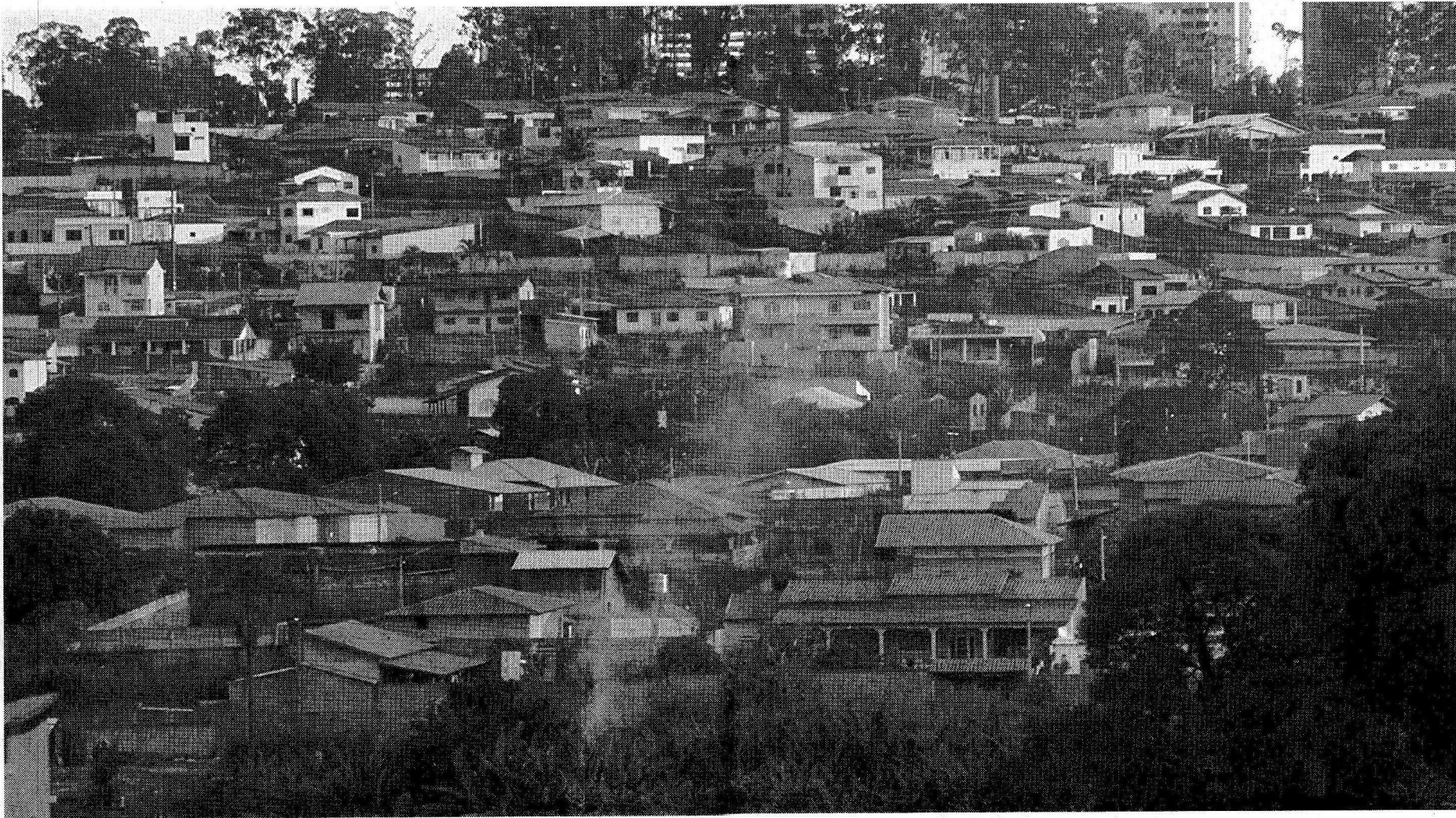
CEDOC/TONY WINSTON/13.04.2006

Mariana Branco

A recuperação dos estragos ambientais causados pela ocupação desordenada de Vicente Pires vai custar R\$ 22 milhões. As obras são necessárias para garantir a regularização da área e as despesas devem ser pagas pelos moradores. O valor consta do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) encomendado pela Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips). A quantia será necessária para a criação de parques, reflorestamento, limpeza e conservação.

A realização do EIA, pago pelos próprios moradores, foi colocada como condição pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e pelo Ibama-DF para que haja possibilidade de regularização de Vicente Pires.

A região tem, hoje, 45 mil habitantes e enfrenta problemas de prejuízos ambientais causados pela ocupação do solo, em especial com construções localizadas nas proximidades de nascentes e córregos, algumas das quais deverão ser necessariamente demolidas.



■ A REGIÃO TEM, HOJE, 45 MIL HABITANTES E ENFRENTA PREJUÍZOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA OCUPAÇÃO DO SOLO, ALÉM DE PROBLEMAS DE ASFALTAMENTO, ÁGUA, LUZ E SEGURANÇA

■ Problemas

Além da questão ambiental, a região ainda não está regularizada e, por isso, enfrenta problemas de asfaltamento, água, luz, segurança, postos de saúde e escolas. Ao tomar conhecimento do custo total da recuperação ambiental segundo o estudo encomendado, o presidente da Associação Comunitária de Vicente Pires, Dirsomar Chaves, disse que o valor é alto, mesmo se rateado entre as 15 mil famílias que têm casa na região.

"Sem contar que há a possibilidade de termos de pagar

15

MIL FAMÍLIAS

PODERÃO DIVIDIR OS CUSTOS NECESSÁRIOS PARA A CRIAÇÃO DE PARQUES, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

os custos da urbanização, como asfaltamento, escolas, esgoto. Se a SPU nos vender as terras a preço de terra nua, nós é que teremos que pagar por tudo isso, o governo federal não vai ajudar", reclamou Chaves, que colocou também a possibilidade de o Governo do Distrito Federal cobrir os custos da urbanização.

Dirsomar Chaves disse, ainda, que apesar do alto preço da recuperação ambiental, os moradores estarão empenhados em

realizá-la, se tiverem garantia de que as terras da região serão mesmo deles. "Depois que a SPU analisar o estudo, vamos nos reunir com eles e aí saberemos se o governo federal se dispõe mesmo a efetivar o que ficou combinado, que é vender as terras para nós", declarou.

■ Apoio

O presidente da Arvips afirmou ter consciência de que é remota a possibilidade de ajuda da União para o pagamento da

recuperação ambiental, mas declarou que, ainda assim, tentará um apoio. "Vamos debater isso com eles. Quem sabe possa ser feito por meio de uma emenda parlamentar", ponderou.

Procurada, a Secretaria de Patrimônio da União disse, por meio de sua Assessoria de Comunicação, que em Acordo de Cooperação Técnica feito com os moradores, ficou acertado que eles é que pagariam pela recuperação ambiental, mas que só se pronunciaria oficialmente

sobre a possibilidade de ajuda financeira aos moradores de Vicente Pires, após analisar o Estudo de Impacto Ambiental.

Já o superintendente do Ibama-DF, Francisco Palhares, disse que o órgão também irá analisar o EIA e que qualquer venda de lotes em Vicente Pires só poderá ser feita após a aprovação do mesmo. "Veremos se ele atende ao que pedimos e só após o Ibama aprovar o EIA, haverá negociação das terras com a SPU", afirmou.